# 1. Informações Gerais

Data: 16/10/2023 Horário: 16h30 Local: híbrido- presencial/teams

#### Participantes/Representantes:

- Dr. Frederico Montedonio Rego Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira Juiz Auxiliar da Presidência;
- Dr. Marcel da Silva Augusto Correa Juiz Auxiliar da Presidência;
- Andreza Maris Gomes Silva Santos Assessora do Gabinete da Presidência
- Johaness Eck Diretor Geral
- Fabiana Andrade Gomes e Silva Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Alana Oliveira Viana Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Renata Chiarinelli Laurino Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medida – DMF:
- Daniel Gerheim Souza Dias Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
- Carlos Eduardo Vellozo de Campos Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em substituição – DTI;
- Cristine Margues Genú Coordenadora de Imprensa SCS:
- Wernne Silva Secretário de Orçamento e Finanças SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes Secretário de Administração SAD;
- João D'arc Ramos de Oliveira Secretaria de Gestão de Pessoas em substituição – SGP;
- Priscilla Gianini Santos Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça CN;
- Jordana Maria Ferreira de Lima Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron Assessor do Gabinete da Ouvidoria OUV;
- Dr. Paulo Cesar Rodrigues Secretário de Auditoria SAU;
- Cristina de Oliveira Winckler Coordenadora do Escritório Coorporativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral:
- Adilson Medeiros da Silva Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

#### **Facilitadores**

- Dr. Frederico Montedonio Rego –Juiz Auxiliar da Secretaria-Geral
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira Juiz Auxiliar da Presidência

#### **Equipe Técnica**

- Neuma Christina Lopes Nunes Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Verônica Fiuza Carvalho Estagiária.

Presentes no local:

Erika Teixeira Guimarães Assistente do Escritório Coorporativo

de Projetos Institucionais – ECP;

Marina Brazil Bonani Coordenadora de Governança de Políticas

Judiciárias Nacionais

Assessor Chefe da Secretaria de Auditoria -

SAU

Coordenador da Secretaria de Auditoria

Interna - SAU

Leonardo Câmara Pereira

#### Plataforma Teams:

Lino Comelli Junior

Andrea Sobral de Barros:

Antônio Ferreira de Melo Filho:

Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior;

Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva;

Diogo Albuquerque Ferreira;

Douglas Gomes Oliveira;

Eduarda Trigueiro Mendes de Carvalho;

Erika Teixeira Guimarães;

Evandro Silva Gomes:

Fellipe Cunha Daniel;

Fernanda Fleury Brandão;

Flávio Feitosa Costa:

Igor Caires Machado;

Igor Guimarães Pedreira;

Ivone Jaqueline Paes Costa;

Jonas Alves de Freitas Lima;

Marcos Vinícius Silva Campos:

Meg Gomes Martins de Ávila;

Patricia Maria Silva Soares Coelho;

Rejane Maria Rodrigues Neves;

Renata Maroja Stochiero;

Rodolfo Antônio da Costa Guará;

Rogério Alves Lima;

Suelen Mangabeira de Souza;

Thais Oliveira de Sousa;

Thais Martins Bosch.

# 1. Abertura

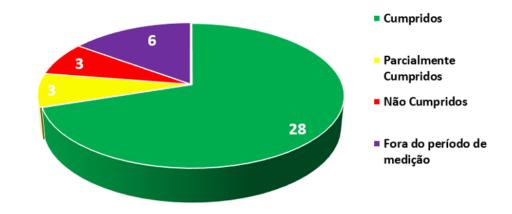
Dr. Frederico iniciou a reunião com saudações, breve descritivo da pauta e dos resultados gerais, seguido por Dr. Marcel Correa, representante da Secretaria Geral, que também cumprimentou os presentes. Dr. Fábio César, juiz auxiliar da Presidência, destacou a importância do trabalho de todos e enfatizou que é por meio dessa discussão que avanços podem ocorrer. Em nome da Presidência, Dra. Andreza Maris fez cumprimentos e, por fim, Dr. Johaness reforçou o compromisso da Diretoria Geral em oferecer os melhores serviços para execução dos objetivos estratégicos.

# 2. Apresentações

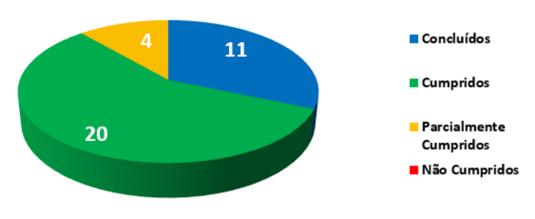
Adilson Medeiros da Silva, servidor do DGE, apresentou o panorama geral dos resultados.



# Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Agosto de 2023



# Panorama Geral dos Projetos Institucionais Agosto de 2023



Total: 35

Em seguida Cristina de Oliveira Winclker, Coordenadora do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais, apresentou o Escritório Corporativo de Projetos com destaque para os objetivos da unidade. Pontuou que gerenciam o portfólio de projetos institucionais, acompanham esses projetos, fornecem apoio na ideação e planejamento de projetos e no suporte metodológico. A seguir abordou a MGPRO (Metodologia de Gestão de Projetos e Portfólio Institucional do CNJ) – IN 93/2023. Dr. Frederico reforçou a importância de que os projetos sejam submetidos ao ECP.

#### 2.1 Objetivo Estratégico XV

Objetivo Estratégico XV - Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho                       |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|----------------------------------|
| Indicador     | 28<br>SCS      | Alcance nas Redes Sociais                      | 2,0%        | 1,0%      | 50,0%                            |
| Indicador     | 29<br>SCS      | Alcance e Engajamento no Portal do CNJ         | 1,0%        | 1,0%      | 100,0%                           |
| Indicador     | 30<br>SCS      | Índice de Satisfação com a Comunicação Interna | 0,0%        | 0,0%      | Fora do período<br>de mensuração |

Cristine Marques Genú, Coordenadora de Imprensa, apresentou os indicadores da SCS e destacou a dificuldade com o indicador 28 devido às oscilações nas redes sociais e o alcance dos "posts" institucionais. Informou que estão considerando rever a métrica e o conteúdo postado. Dr. Fábio sugeriu identificar perfis específicos em cada rede para melhorar a eficiência da comunicação. Em resposta a questionamento da Dra. Andreza sobre a média dos engajamentos, esclareceu que o recente ajuste do indicador consistiu na remoção do "engajamento", mantendo apenas o "alcance".

#### 2.2 Objetivo Estratégico I

**Objetivo Estratégico I** - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais

| <b>Identificação</b> | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|----------------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
| Indicador            | 1<br>DGE       | Índice de Cumprimento das Metas Nacionais   | 75%         | 34,1%     | 45%        |
| Indicador            | 2<br>CN        | Índice de execução do plano de acompanhamento das<br>unidades judiciais   | 100%        | 100%      | 100%       |
| Indicador            | 4<br>DPJ       | Índice de realização de pesquisas e painéis   | 75%         | 91,7%     | 122,2%     |
| Projeto              | SEP            | 6ª edição da Série Justiça e pesquisa   | 5%          | 5%        | 100%       |
| Projeto              | SEP            | Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho<br>no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas<br>Tecnológicas do Programa Justiça 4.0. | 81,3%       | 73,8%     | 91%        |
| Projeto              | SEP            | Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário  | 100%        | 86,9%     | 87%        |
| Projeto              | Presidência    | Atualização de dados Étnico-Raciais no Poder Judiciário   | 100%        | 100%      | 100%       |



### ECP Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no PJ em face da implementação das políticas tecnológicas do Programa Justiça 4.0



Objeto: Desenvolver, junto ao universo de 86 tribunais, um estudo diagnóstico sobre modernização e otimização das estruturas, processos e procedimentos internos instalados nesses órgãos em face da implementação das políticas tecnológicas: Núcleos de Justiça 4.0, Balcão Virtual e Juízo 100% Digital.

Benefícios: Avaliação acerca da efetividade, economicidade da prestação jurisdicional, em face a implementação do Balcão Virtual, do Núcleo de Justiça 4.0 e do Juízo 100% Digital nos tribunais e identificação de oportunidade de melhorias e boas práticas.

| Fase Piloto - Questionário Governança e<br>Percepção |
|--|
| TRT 14, TJAP, TRF5.                                  |
| Maio a Junho/2023                                    |
| 87 tribunais (governança), webinário                 |
| <u>Julho/2023</u>                                    |
| Questionário percepção – servidores                  |
| Compilação e Análise de dados                        |
| Em andamento.  |

Para falar sobre este objetivo foram chamados Fabiana Andrade Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Priscilla Valeria Gianini Santos, Assessora da Corregedoria Nacional de Justiça, Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora Executiva do DPJ e Cristina de Oliveira Winckler. Fabiana destacou, sobre o indicador 1, a mudança no monitoramento das metas nacionais processuais para uma forma automática, diretamente do DATAJUD, e o esforço coletivo para cumprir a meta até o final do ano. Priscilla Valéria, sobre o indicador 2, destacou a delegação da Corregedoria Nacional para as Presidências dos tribunais e a necessidade de rever o indicador, uma vez que sempre será atingido. Gabriela Moreira esclareceu o objetivo do indicador 4 e informou o cumprimento da meta. Cristina Winckler apresentou objetivo, benefícios e entregas do projeto "Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho PJ em face da implementação das políticas tecnológicas do Programa Justiça 4.0". Dr. Frederico questionou a expectativa de atingir os 75% no indicador 1, considerando o desempenho de 45% em agosto, e Fabiana Andrade explicou a dificuldade devido a informações incompletas, mas que espera obter dados conclusivos até o final do ano. Dr. Fábio complementou que as metas são processadas de forma ordenada e que se espera que as faltantes sejam processadas mais rapidamente devido ao menor volume das mesmas.

#### 2.3 Objetivo Estratégico II

Objetivo Estratégico II - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
|               | 5              | Índice de monitoramento de indicadores de políticas       | 33%         | 45.2%     | 137%       |
| Indicador     | DGE            | judiciárias nacionais                                     | 3370        | 43,270    | 20770      |
|               | 6              | Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais | 26.7%       | 38.7%     | 144.9%     |
| Indicador     | DGE            |   |             |           | 2.1,270    |

Fabiana Andrade ressaltou a importância do objetivo e informou que esses indicadores, com a criação da Coordenadoria de Governança a Políticas Judiciárias Nacionais, passam a ser de reponsabilidade dessa nova unidade. Atribuiu o bom resultado ao Plano de implementação de melhorias das Políticas Judiciárias, apresentado na RAE de fevereiro, e propôs revisão das metas.

#### 2.4 Objetivo Estratégico III

Objetivo Estratégico III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

| <b>Identificação</b> | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|----------------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
|                      | 7              | Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no | 61,7%       | 78%       | 126.5%     |
| Indicador            | DPJ            | painel de qualificação do DataJud                         | 01,770      | 7670      | 120,376    |
| Projeto              | SEP            | Painel de Estatística - Justiça 4.0                       | 72,7%       | 89,1%     | 122,6%     |



#### Painel da Estatística V.2





**Objeto:** Produzir painel digital seguindo a Res. n. 333/2020, que determina a inclusão de espaço denominado "Estatística" na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, disponibilizando dados de um banco de dados massivo em um painel de simples navegação e acesso, compilando as estatísticas judiciárias processuais mais relevantes.

Benefícios: Disponibilização de dados saneados e padronizados para contribuir com o desenvolvimento e qualificação das estratégias e Políticas Judiciárias, apoio a Corregedoria na extração de dados em padrão específico para suas diligências; Desenvolvimento de tecnologia que servirá de modelo para atualização de parâmetros vigentes e desenvolvimento de outros painéis. Redução da Inconsistência

Disponibilização de dados saneados - Datajud

Painel funcionando, utilização dos dados no Prêmio CNJ de qualidade, Acesso a CN para extração de dados. Portal Justiça em Números.

Desenvolvimento de tecnologia modelo

MPM, Painel Prêmio Conciliar é legal, Metas Nacionais e painel de teste DPJ, painel violência doméstica. Painel de Despesas e Pessoal.

Redução do nível de Inconsistência

Em andamento, ainda não mensurado.



#### Painel da Estatística V.2







Gabriela Moreira explicou o indicador 7, enquanto Cristina Winckler apresentou o projeto Painel de Estatística – Justiça 4.0. Sobre o DATAJUD, Gabriela explicou o processo de saneamento feito pelos tribunais e as reuniões conjuntas com o CNJ para orientar e ajudar. Cristina destacou que os dados do painel são extraídos do DATAJUD e que o sistema armazena todos os processos em tramitação desde 2020. Pontuou objetivo, benefícios e entregas do projeto.

#### 2.5 Objetivo Estratégico IV

Objetivo Estratégico IV - Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|------------|
|               | 8              | Atendimento da Ouvidoria                                   | 93%         | 98,9%     | 106,3%     |
| Indicador     | OUV            | Atendimento da Gavidona                                    | 3370        | 30,370    | 100,370    |
|               | 9              | Satisfação com o atendimento da ouvidoria                  | 74%         | 67.4%     | 91%        |
| Indicador     | OUV            | Satisfação com o atendimento da odvidoria                  | 7470        | 07,470    | 31/0       |
|               | 10             | Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa | 100%        | 100%      | 100%       |
| Indicador     | DPJ            | em formato aberto e não proprietário                       | 100%        | 100%      | 100%       |
|               |                | 1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais           | 100,0%      | 100,0%    | 100%       |
| Projeto       | OUV            |  | -           |           |            |
|               |                | Gestão e transparência das Comissões Permanentes e         | 100%        | 100.0%    | 100%       |
| Projeto       | SEP            | Colegiados   | 10076       | 100,076   | 100%       |

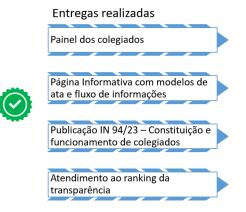


#### Gestão e transparência das Comissões e Colegiados



**Objeto:** solução para gestão, monitoramento e transparência das comissões permanentes e colegiados.

**Benefícios:** Informações das comissões permanentes de forma sintética e centralizadas; 2. Acesso à informação das comissões permanentes de forma atualizada. 3. Aperfeiçoamento da Gestão das Comissões.



Foram chamados para falar sobre o Objetivo Estratégico IV Ronaldo Araújo, Chefe do Gabinete da Ouvidoria, Gabriela Moreira e Cristina Winckler. Ronaldo explicou os indicadores 8, de natureza quantitativo, e 9, de natureza qualitativa, informando que as metas foram alcançadas com sucesso. Sugeriu, ainda, um possível desdobramento futuro do indicador 9 para outras unidades e o incremento da transparência ativa. Pontuou a demanda crescente e as novas atribuições com a criação da ouvidoria da mulher. Gabriela Moreira abordou o indicador 10, que cumpriu a meta e diz respeito à divulgação das pesquisas em dados abertos, desde que sejam de natureza pública. Cristina Winckler apresentou objeto, benefícios e entregas do projeto "Gestão e transparência das Comissões e Colegiados". Ronaldo esclareceu uma dúvida do Dr. Frederico sobre o desdobramento do indicador, relacionando duas naturezas de demandas: uma ligada ao pedido de acesso à informação, e outra a demandas gerais. Sobre a primeira pontuou que gera a necessidade de transformála em transparência ativa. Dr. Frederico sugeriu que fosse encaminhada demanda ao DGE para analisar o assunto para o próximo ano e que fosse feito relatório para geração de transparência ativa nas unidades.

#### 2.6 Objetivo Estratégico V

#### Objetivo Estratégico V - Aprimorar as inspeções e correições

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
|               | 11             | Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as  | 66.7%       | 121.1%    | 182%       |
| Indicador     | CN             | inspeções e correições                                  | 00,170      | 121/1/0   |            |
|               | 12             | Índice de Execução do Plano de Inspeções                | 63,2%       | 63,2%     | 100%       |
| Indicador     | CN             | indice de Execução do Fiano de Inspeções                | 65,276      | 63,2%     | 100%       |
| Projeto       | CN             | Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR) | 90%         | 90%       | 100%       |



**Objeto:** Promover a implantação, a padronização, a configuração e a manutenção do Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR).

#### Objetivo Geral:

Prover as Corregedorias dos Tribunais de um sistema único de tramitação de processos, o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias (PJeCOR), que consiste em versão da plataforma PJe, a partir da qual tramitarão os processos de competência dos Órgãos Censores do Poder Judiciário Nacional.

Regras negociais.
Comitê Gestor

Análise e deliberação da tabela de classes e assuntos.
Implementação tabela de classes e assuntos
Fluxo colegiado

Módulo de remessa

Relatórios: elaboração relatório. Envio do banco de dados aos tribunais para que cada Corregedoria possa gerar relatórios próprios.

Manuais, materiais e conteúdo EAD para capacitação. Disponibilização aos tribunais.

Priscila Valéria explicou os dois indicadores do objetivo estratégico os quais são relacionados às inspeções. Pontuou, sobre o indicador 11, que o desenvolvimento da ferramenta planejada para acompanhar cumprimento das determinações e recomendações não seria viável. Em vez disso, estão usando um painel de Bl disponibilizado na página da Corregedoria Nacional de Justiça. Cristina Winckler apresentou o objeto, objetivo geral e entregas do Projeto PJeCor que está em fase de finalização.

#### 2.7 Objetivo Estratégico VI

Objetivo Estratégico VI - Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|------------|
|               | 13             | Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos | 66,7%       | 65,5%     | 98,2%      |
| Indicador     | CN             | serviços extrajudiciais                                |             |           |            |

Priscila Valéria abordou fases dos projetos que compõem o indicador, em especial: atualização da Portaria 53, nacionalização do programa Novos Caminhos, implementação do SERP (que ficará para o próximo ano), projetos de regularização

fundiária, combate ao sub-registro civil, consolidação normativa da corregedoria e o projeto de gestão documental e extrajudicial.

#### 2.8 Objetivo Estratégico VII

Objetivo Estratégico VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos

| Identificação | Número/unidade   | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|--|---|-------------|-----------|------------|
| Indicador     | 14<br>DMF  | Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os<br>Direitos de Cidadania                | 66,7%       | 74,8%     | 112,1%     |
| Projeto       | SEP  | Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça<br>4.0                               | 99,6%       | 96,8%     | 97,2%      |
| Projeto       | SEP  | Pesquisa sobre Percepção e Avaliação do Poder Judiciário<br>Brasileiro                          | 100%        | 100%      | 100%       |
| Projeto       | SEP  | Demandas Complexas  | 7,8%        | 7,4%      | 94%        |
| Projeto       | Presidência/DMF  | Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos   | 100%        | 100,0%    | 100%       |
| Projeto       | Gabinete do cidadão<br>indicado pela Câmara<br>dos Deputados | Ciclo de Debates da Comissão Permanente de Políticas<br>Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão | 100%        | 100%      | 100%       |
| Projeto       | Presidência  | Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal   | 100%        | 100%      | 100%       |
| Projeto       | DMF  | Banco Nacional de Medidas Penais e Prisão (BNMP)  | 89,0%       | 83,2%     | 93%        |







**Objeto:** construção do módulo Prevjud na PDPJ, consistindo em uma solução de software para automatizar o acesso às informações das bases de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o envio de ordens judiciais a esse instituto.

**Benefício:** Garantia da efetividade da jurisdição – o cidadão terá o seu processo concluído de forma mais rápida, além de ter garantida maior efetividade da prestação jurisdicional.

| Integração PDPJ  | 00077271     |
|--|--------------|
| Disponibilização de ferramenta que possutilizada por todos os sistemas processu eletrônicos. |              |
| Acesso automático de informações pre   | videnciárias |
| Dossiê Médico<br>Dossiê Previdenciário   |              |
| Intimação Judicial   | _            |
| Intimação automatizada de ordem judio<br>dirigida ao INSS                                    | cial         |
| Divulgação   |              |
| Webinário  |              |

Renata Laurino, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, apresentou e explicou o Indicador 14 e destacou os projetos que o compõem e as entregas no período: SEEU, Identificação e documentação da população prisional, fortalecimento das audiências de custódia e monitoração eletrônica, fomento ao trabalho e renda no sistema prisional e atenção à pessoa egressa, fortalecimento e qualificação do sistema socioeducativo e fortalecimento dos GMF´s, considerado uma ação transversal. Em seguida, Cristina Winckler apresentou objeto, benefício e entregas do projeto "Prevjud – Automação de Processos Previdenciários – Justiça 4.0". Dr. Fábio questionou se todos os tribunais já aderiram

ao uso do projeto SEEU do DMF. Em resposta, Renata esclareceu que ainda falta adesão do Tribunal de Justiça de São Paulo, enquanto o TRF4 está atualmente concluindo a implantação do sistema.

### 2.9 Objetivo Estratégico VIII

Objetivo Estratégico VIII - Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|------------|
|               | 40             | Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a | 60.5%       | 60,5%     | 100.0%     |
| Indicador     | CSAC           | Política de Soluções Adequadas de Conflitos            | 60,5%       | 60,5%     | 100,0%     |

Jordana Maria Ferreira de Lima, ex-Assessora Chefe de Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos, declarou a necessidade de revisão do prêmio "Conciliar é Legal", com foco especial na parte de Boas Práticas, e explicou a estrutura do indicador, que engloba: conciliar é legal, semana nacional da conciliação e o diagnóstico sobre a estrutura judiciária da política de tratamento adequado de conflitos, o qual foi delegado para o FONAMEC. Sugeriu que para o próximo ano seja inserido indicador da Política do Tributário.

#### 2.10 Objetivo Estratégico IX

Objetivo Estratégico IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
|               | 15             | Total de iniciativas compartilhadas   | 1.711       | 1.637     | 95,7%      |
| Indicador     | DTI            | rotal de iniciativas compartimadas  | 11711       | 1.007     | 30,770     |
| Projeto       | SEP            | SNIPER - Justiça 4.0  | 99,1%       | 98%       | 99%        |
| Projeto       | SEP            | SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo<br>SNBA)               | 94,7%       | 87,3%     | 92,2%      |
| Projeto       | SG             | CODEX   | 100,0%      | 100,0%    | 100%       |
| Projeto       | SG             | SINAPSES 1  | 100%        | 100,0%    | 100%       |
| Projeto       | SG             | SINAPSES 2 - Agrupamento por similaridade                                     | 100%        | 100%      | 100%       |
| Projeto       | SG             | SINAPSES 3 - Jurisprudência   | 100%        | 100%      | 100%       |
| Projeto       | DTI            | Mineração de Processos do Pje   | 98,0%       | 98,0%     | 100%       |
| Projeto       | DTI            | Serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder<br>Judiciário (PDPJ-Br) | 85,7%       | 97,9%     | 114%       |
| Projeto       | DTI            | Domicílio Judicial Eletrônico   | 99,2%       | 95,3%     | 96%        |

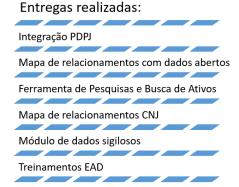






**Objeto:** desenvolvimento de ferramenta que otimizará atividades operacionais e estratégicas, como a realização de consultas a diferentes bancos de dados a respeito de temas de interesse como lavagem de dinheiro, combate à corrupção e recuperação de ativos no âmbito do Poder Judiciário

**Benefícios:** Agilidade e eficiência para descobrir relações e vínculos de interesse do processo judicial em curso.



Carlos Eduardo Vellozo de Campos, representante do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, apresentou o indicador 15 que representa o CONECTJUS, uma plataforma para divulgação de trabalhos de TI dos tribunais e do CNJ. Dra. Andreza questionou se as iniciativas de boas práticas são para a automação ou também para o aperfeiçoamento da tecnologia em prol da prestação jurisdicional. Carlos esclareceu que no Portal há várias áreas de conhecimento do judiciário. Posteriormente, Cristina Winckler apresentou objeto, benefícios e entregas do projeto "Sniper – Sistema Nacional de Investigação e Recuperação de Ativos", que já tem dados no módulo de consulta da RFB, do TSE, da CGU, do Registro aeronáutico da ANAC, do Registro do tribunal marítimo de embarcações e já conta com a integração do INFOJUD e SISBAJUD.

#### 2.11 Objetivo Estratégico X

Objetivo Estratégico X - Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho                       |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|----------------------------------|
|               | 16             | Índice de satisfação dos usuários de TIC                                  | 0%          | 0%        | Fora do período<br>de mensuração |
| Indicador     | DTI            |   |             |           | de mensuração                    |
| Indicador     | 17<br>DTI      | Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD                      | 0%          | 0%        | Fora do período de mensuração    |
| Indicador     | 18<br>DTI      | Índice de serviços críticos com gestão de risco                           | 33,3%       | 48,4%     | 145,3%                           |
| Projeto       | SEP            | Implementação Planos de Ação - Integração plena à PDPJ-<br>Br e ao PJ 4.0 | 75,4%       | 74,1%     | 98%                              |



# Implementação dos Planos de Ação — Integração Plena a PDPJ-BR e ao Justiça 4.0



**Objeto:** O projeto tem como objeto o processo de monitoramento e apoio continuado aos tribunais no cumprimento de suas metas pactuadas nos planos de ação de integração à PDPJ-Br

**Benefícios:** Análise do andamento das capacidades dos tribunais em alcançarem os requisitos de integração plena ao PJ 4.0 e à PDPJ-Br, com vistas a subsidiar o CNJ com dados e informações estratégicas que habilitem o seu ambiente decisório.

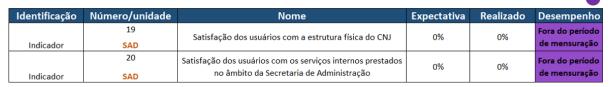
2. Gerar um processo de transferência de conhecimento para o CNJ acerca da continuidade e sustentabilidade da plena integração dos tribunais à PDPJ-Br.



Carlos Eduardo apresentou os indicadores 16 e 17 que estão fora do período de mensuração, mas noticiou que o resultado do indicador 17 já foi apurado, com resultado de 79,65. Ressaltou, quando perguntado por Dr. Fábio sobre os desafios para o aprimoramento desse resultado, que, do ano anterior para esse, algumas perguntas foram alteradas e que a transformação digital precisa avançar. Sobre o indicador 18, pontuou que está cumprindo no período. Em seguida, Cristina Winckler abordou objeto, benefícios e entregas do projeto Implementação dos Planos de Ação – Integração Plena a PDPJ-BR e ao Justiça 4.0 e informou que existe um painel de acompanhamento no portal.

#### 2.12 Objetivo Estratégico XI

Objetivo Estratégico XI - Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ



Bruno Lopes, Secretário de Administração, falou dos indicadores 19 e 20 que ainda não foram mensurados. Noticiou que, no final de outubro, a pesquisa será divulgada para todos os usuários internos do CNJ e que na próxima RAE o resultado será apresentado. Antecipou, em complemento, que será analisada a possibilidade de aquisição do prédio.

#### 2.13 Objetivo Estratégico XII

Objetivo Estratégico XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho                       |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|----------------------------------|
| Indicador     | 3<br>DAGI      | Quantidade de processos e projetos aprimorados ou<br>implantados pela DAGI          | 8,0         | 10,30     | 128,8%                           |
| Indicador     | 21<br>DGE      | Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder<br>Judiciário            | 90,0%       | 94%       | 104,5%                           |
| Indicador     | 22<br>SAU      | Índice de evolução da maturidade dos processos de<br>auditoria                      | 35,0%       | 70,1%     | 200,4%                           |
| Indicador     | 23<br>SAU      | Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria                        | 90,0%       | 80,0%     | 88,9%                            |
| Indicador     | 24<br>SAU      | Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria                                  | 98%         | 100%      | 102%                             |
| Indicador     | 25<br>SAU      | Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas<br>de auditoria            | 0,0%        | 0,0%      | Fora do período<br>de mensuração |
| Projeto       | SEP            | PMO Jud - Redesenho dos processos do Escritório de<br>Projetos do CNJ - Justiça 4.0 | 100,0%      | 96,0%     | 96%                              |
| Projeto       | SEP            | Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário                                      | 97,2%       | 93,6%     | 96%                              |



#### Plano Nacional de Inovação



**Objeto:** Diagnóstico Nacional acerca das inovações do Poder Judiciário Brasileiro, estruturação e realização da Premiação nacional acerca de práticas inovadoras e, elaboração de um Plano Nacional de Inovação para o Poder Judiciário.

Benefícios: informações sistematizadas acerca do cenário de inovação do poder judiciário; engajamento dos tribunais e identificação das melhores práticas de inovação do Judiciário; diretrizes para nortear a implementação dos dispositivos da Política de Inovação

Entregas realizadas:

Modelo teórico para análise de capacidade institucional

Proposta técnica Prêmio

Modelo teórico para análise das expectativas da sociedade para o judiciário do futuro

Relatório sobre a tendência organizacional para inovação e capacidade institucional dos tribunais para inovação

Painel com resultados da pesquisa inovações e forma de atuação dos laboratórios de inovação.

Para apresentar o Objetivo Estratégico XII foram chamados Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral, Fabiana Andrade, Dr. Paulo César Rodrigues, Juiz Coordenador da Secretaria de Auditoria, e Cristina Winckler. Daniele abordou o indicador 3, com destaque para a necessidade de revisar o indicador para o próximo ano pois muitos dos processos se tornaram atribuições continuas. Citou, ainda, algumas entregas no período. Fabiana falou sobre o indicador 21 que avalia a plataforma que recebe práticas inovadores do Poder Judiciário. Informou que as respostas são usadas para aprimoramento. Dr. Paulo apresentou o indicador 22 e explicou padrões de aferição para maturidade em auditoria, objeto do indicador. Cristina Winckler apresentou objeto, benefícios e entregas do projeto "Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário", já em finalização.

#### 2.14 Objetivo Estratégico XIII

Objetivo Estratégico XIII - Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|------------|
| Indicador     | 26<br>DGE      | Índice de melhorias implementadas em processos<br>prioritários | 70%         | 65%       | 92,9%      |
| Projeto       | SEP            | Execução Fiscal – Automação e Governança                       | 97%         | 97%       | 100%       |
| Projeto       | SEP            | Gabinete do Juízo  | 61,2%       | 58,0%     | 95%        |
| Projeto       | SEP            | DPVAT  | 50,3%       | 44,3%     | 88%        |



# Execução Fiscal – Automação e Governança \*



**Objeto:** Implementar medidas de automação e governança voltadas à melhoria da tramitação

**Benefícios:** Diminuição do tempo de tramitação processual; Aumento da efetividade, garantindo-se maior satisfação dos créditos trazido a juízo.

Desenvolvimento das medidas de automação:
Criação do Servidor de Fluxo; Criação fluxo base

Microfluxo negocial automatizado

Fluxos: Automação de expedientes; Suspensão e sobrestamento processual; Bens imóveis; pós conclusão, pós convénio; Análise da inicial

Fluxos Básicos de processamento:
Bacenjud/ Renajud

Pilotos realizados: TJCE (Op. assist. iniciada); TJRJ.

Pilotos iniciados: TRF3, TJRN, TJPE, TJRO

Fabiana Andrade explicou a formação do indicador 26 e a meta de fazer 100% das melhorias previstas pelas unidades. Cristina Winckler apresentou o objeto, benefícios e entregas do projeto "Execução Fiscal – Automação e Governança", com destaque para a diminuição do tempo de tramitação processual e o aumento da efetividade. Acrescentou que está com 97% de execução e que serão feitos aperfeiçoamentos na gestão atual.

#### 2.15 Objetivo Estratégico XIV

Objetivo Estratégico XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

| Identificação | Número/unidade   | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|--|--|-------------|-----------|------------|
| Indicador     | 27<br>DGE  | Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável     | 84%         | 84%       | 100%       |
| Projeto       | SEP  | Sirenejud 2.0  | 36%         | 35%       | 97%        |
| Projeto       | Gabinete do cidadão<br>indicado pela Câmara<br>dos Deputados | Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania | 16,3%       | 16,3%     | 100%       |

# **S** ECP

#### **SIRENEJUD**

**Objeto:** Aperfeiçoamento do Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional - SireneJud para melhorar a experiência do usuário na visualização de dados, na produção de informação e na criação de KMLs (formato de arquivo para identificar áreas geográficas).

**Benefícios:** Aumento da transparência ativa dos dados ambientais do Poder Judiciário.

Migração da estrutura para ambiente de produção

Inclusão das camadas internacionais e atualização das camadas de desmatamento e do CAR no Mapa Geral

Criação de painéis de dados a partir do DataJud. (Em andamento inclusão de indicadores)

Fabiana apresentou o indicador 27 que acompanha o Plano de Logística Sustentável e que atingiu a meta em agosto, com tendência de se manter até o final do ano. Reforçou a importância do tema. Logo após, Cristina Winckler apresentou objeto, benefícios e entregas do projeto "Sirenejud 2.0".

#### 2.16 Objetivo Estratégico XVI

Objetivo Estratégico XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas

| Identificação | Número/unidade | Nome   | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|--|-------------|-----------|------------|
| Indicador     | 31<br>CEAJUD   | Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências<br>Estratégicas               | 10,0%       | 12,5%     | 125,2%     |
| Indicador     | 32<br>CEAJUD   | Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em<br>capacitações gerenciais     | 4,0%        | 6,9%      | 173,3%     |
| Indicador     | 33<br>SGP      | Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ  | 26,7%       | 23,0%     | 86,0%      |
| Indicador     | 34<br>SGP      | Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ  | 33,3%       | 9,3%      | 28,0%      |
| Indicador     | 35<br>SGP      | Avaliação das capacitações realizadas  | 74,0%       | 91,7%     | 124,0%     |
| Projeto       | SEP            | Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o<br>CNJ e para Justiça Federal | 91,3%       | 90,7%     | 99%        |
| Projeto       | SEP            | Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no<br>Poder Judiciário             | 100,0%      | 88,2%     | 88%        |
| Projeto       | SG             | Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias<br>da PDPJ - BR                 | 22,7%       | 14,0%     | 62%        |



# Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance



**Objeto:** Estimular, por meio de ações de sensibilização e de formação de gestores e servidores, a implantação de programas de integridade e compliance no Poder Judiciário.

**Benefícios:** Sensibilizar gestores e servidores do Poder Judiciário sobre os normativos, princípios e mecanismos de Integridade e Compliance.

- 2. Gerar o reconhecimento e aplicação prática, por gestores e servidores do Poder Judiciário, dos princípios e mecanismos de integridade de compliance em seu contexto de trabalho.
- 3. Manter o tema integridade e compliance como uma premissa da prática diária institucional.
- 4. Demonstrar os resultados provenientes da implementação de práticas e mecanismos de integridade e compliance pelo Poder Judiciário.

Curso: Princípios básicos de integridade e Compliance para o poder judiciário.

Curso Formação de Gestores do Poder Judiciário em Sistemas de Integridade e Compliance





Alana Oliveira do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, abordou os indicadores 31 e 32, com destaque para o alto número de formações para a temática de tecnologia e para formação de gestores. João D'arc Ramos, Secretário de Gestão de Pessoas, apresentou os indicadores 33, 34 e 35. Pontou a boa avaliação dos cursos e a dificuldade de capacitar os gestores em período de transição. Acrescentou, sobre a capacitação de servidores, a necessidade de equilibrar a decisão de quais os cursos a serem ofertados, pois os cursos específicos atingem menos pessoas. Dr. Frederico recomendou uma análise mais aprofundada sobre a formação dos gestores e as ofertas dos cursos aos servidores. Propôs, ainda, ajustes para as metas cumpridas com aumento para o próximo ano. Por fim, Cristina Winckler compartilhou o objeto, benefícios e entregas do projeto "Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário".

#### 2.17 Objetivo Estratégico XVII

Objetivo Estratégico XVII - Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

| Identificação | Número/unidade   | Nome                                      | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|------------------|---|-------------|-----------|------------|
| Indicador     | 36<br><b>SGP</b> | Satisfação quanto às ações de saúde e QVT | 87,0%       | 89,7%     | 103,1%     |

João D'arc Ramos explicou o indicador 36 e a importância de se conseguir um resultado expressivo nessas avaliações.

#### 2.18 Objetivo Estratégico XVIII

Objetivo Estratégico XVIII - Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

| Identificação | Número/unidade | Nome  | Expectativa | Realizado | Desempenho |
|---------------|----------------|---|-------------|-----------|------------|
|               | 37             | Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos | 94.0%       | 100.0%    | 106.4%     |
| Indicador     | DAO            | Tribunais   | 34,070      | 100,070   | 100,470    |
|               | 38             | Cantação do recursos adicionais ao arcamento do CNI     | 13.3%       | 19.9%     | 149,6%     |
| Indicador     | SOF            | Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ     | 13,370      | 15,970    | 149,6%     |
|               | 39             | Fuerver de deserver eximérica de CNU                    | EE 09/      | 49.0%     | 90 19/     |
| Indicador     | SOF            | Execução das despesas primárias do CNJ                  | 55,0%       | 49,0%     | 89,1%      |

Daniel Gerheim, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, explicou o indicador 37, destacando a dificuldade que o público enfrenta ao tentar localizar informações nos sites dos tribunais. Em seguida, Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, esclareceu o indicador 38, chamou a atenção para o indicador 39 e solicitou aos gestores que as notas fiscais sejam apresentadas, pois a ausência desses dados pode resultar em informações imprecisas e gerar acúmulo em dezembro. Dr. Frederico enfatizou a importância de considerar a qualificação na composição do indicador 37.

## 3. Manifestações Finais

Após as apresentações, o Dr. Frederico abriu um momento para manifestações, dúvidas e sugestões. Nesse instante, Dr. Paulo retomou a palavra para complementar informações dos indicadores faltantes da Secretaria de Auditoria, quais sejam, indicador 23, 24 e 25. Adicionalmente, teceu comentários sobre a auditoria da comunicação no CNJ, realizada em 2022, e cujas recomendações estão pendentes. Após as considerações da Secretaria de Auditoria, foram levantadas algumas propostas sobre o formato da RAE:

- 1. A SEP deve realizar uma avaliação do objetivo estratégico a fim de melhorar a compreensão de todos os percentuais. O Dr. Frederico sugeriu que fossem extraídas as ideias-chave do glossário.
- 2. Divisão da reunião em duas: uma para tratar indicadores internos e outros externos.
- 3. Dividir a reunião em dias separados para tratar indicadores afins, criando uma semana da RAE.

- 4. Dividir a RAE por objetivo estratégico ao longo do ano, sendo que em cada uma seriam abordados alguns objetivos, de tal forma que ao final da 3ª todos os objetivos tenham sido analisados.
- 5. Gestor apresentar o conjunto de objetivos, destacando o que é mais crítico com análise mais crítica.
- 6. Tratar os objetivos críticos, mas mantendo a primeira reunião do ano com apresentação do todo, uma vez que inaugura o período.

# 4. Considerações Finais

Dr. Fábio César ressaltou a importância do diálogo na construção do pensamento institucional e enfatizou a importância de ouvir todos. Expressou dúvidas sobre a realização da reunião focando apenas nos pontos críticos, sabendo que isso pode diminuir o potencial de aprendizado. Além disso, destacou a complexidade que o DGE pode enfrentar ao apresentar uma avaliação sobre o cumprimento de determinados objetivos, especialmente quando há departamentos que possuem competências específicas para isso. Ele considerou interessante a ideia de segmentar os objetivos mas ficou em dúvida sobre reduzir o escopo da RAE. Dr. Frederico sugeriu que sejam exploradas maneiras de gerenciar o dilema do tempo, do escopo e da visão geral, por fim, expressou sua satisfação com as contribuições de todos e finalizou a RAE.